



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL DE VEÍCULOS PESADOS E MÁQUINAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026 CREDENCIAMENTO Nº ____/2026

1. DO OBJETO

1.1. CHAMAMENTO PÚBLICO para procedimento de CREDENCIAMENTO, com o objetivo de credenciar pessoas jurídicas para o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, COM VISTAS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SERVIÇOS COM BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO, ELÉTRICO, HIDRAULICO, SOLDA E TORNEARIA, EM VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PERTENCENTES A FROTA DESTA MUNICIPALIDADE**, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.3. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

1.4. O prazo de vigência da contratação será estabelecido no contrato, contados do(a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo garantir o bom funcionamento dos veículos e equipamentos da Frota do Município, para que possam atender prontamente as necessidades de prestação de serviços à população, sempre que demandado.

2.2. Esta contratação é necessária devido a Administração não possuir funcionários e equipamentos especializados para desempenhar os serviços **CREDENCIAMENTO DE**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, COM VISTAS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SERVIÇOS COM BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO, ELÉTRICO, HIDRAULICO, SOLDA E TORNEARIA, EM VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PERTENCENTES A FROTA DESTA MUNICIPALIDADE.

2.3. Para evitar qualquer tipo de situação desagradável e garantir um percurso tranquilo e sem sustos e assim não causar nenhum tipo de transtorno para os motoristas nem para os demais ocupantes, todos os veículos precisam passar por revisões preventivas e regulares.

2.4. O transporte público é uma das atribuições da prefeitura para atender as demandas grandes do município de locomoção de alunos, pacientes, limpeza, obras e estradas. O bem estar dos usuários dos veículos e máquinas da frota onde serão atendidos com segurança e qualidade a qualquer transporte realizado. Levando assim a consideração de os serviços prestados terem máxima eficiência e garantia aumentando a durabilidade e diminuição de custos desnecessários.

2.5. A realização desse processo de licitação na modalidade de credenciamento, visa a aquisição dos objetos mencionados e se justifica, pôr a frota conter muitos veículos de várias áreas e secretarias diferentes. Esta contratação é necessária devido a Administração não possuir funcionários e equipamentos especializados para desempenhar o serviço de auto elétrica.

2.6. Deverá Possuir Oficina bem estruturada, situada no Perímetro Urbano do Município de Pirajuba– MG ou nas cidades circunvizinhas (Frutal, Campo Florido, Planura, Colombia e Uberaba), possuir área útil disponível para receber com segurança os veículos, máquinas e implementos agrícolas.

2.7. A realização desse processo de licitação na modalidade de credenciamento, visa a aquisição dos objetos mencionados e se justifica, pôr a frota conter muitos veículos de várias áreas e secretarias diferentes. Esta contratação é necessária devido a Administração não possuir funcionários e equipamentos especializados para desempenhar o serviço objeto desde termo de referência.

2.8. **A exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para este Município, pois, se a distância exceder o Perímetro estabelecido, a vantagem do “menor preço” ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento dos Veículos pesados, Máquinas, Caminhões e Ônibus a serem consertados. A delimitação de distância se justifica pelo custo de transporte dos**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

equipamentos, veículo e máquinas até a oficina, que é Obrigação da CONTRATANTE, pelo consumo de combustível nos deslocamentos, pela utilização de pessoal, pelo prazo de entrega, e ainda pelos riscos de deslocamentos e transportes, que podem aumentar o custo da manutenção.

2.9. Excepcionalmente, com autorização expressa do município, será permitido a manutenção corretiva das máquinas pesadas e implementos agrícolas no pátio da secretaria de serviços públicos que em razão do seu defeito mecânico não seja possível e viável o seu deslocamento para a oficina mecânica.

3. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

- 3.1. O presente termo de referência tem como base legal a Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79.
- 3.2. O procedimento observado obedece ao disposto no artigo 72, incisos I a VIII.

4 DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS E ESTIMATIVA DO VALOR

4.1. No que diz respeito a **JUSTIFICATIVA DE PREÇOS**, em atendimento ao que preconiza o artigo o artigo 72, VII da Lei 14.133/2021.

4.2. Para elaboração do custo e estimativa de despesa, foi obtido através de levantamento de mercado, na forma estabelecida no artigo 23 da Lei federal 14.133/2021.

4.3. Acostado ao presente Processo Administrativo acompanha de forma detalhada a pesquisa de mercado, considerando a amplitude de fontes de pesquisa para determinar o preço de referência. As especificações e os quantitativos dos serviços constam a seguir, com valor unitário e total sugerido para cada contratação prevista neste Termo, elaborado com base nos balizamentos realizados a administração municipal, conforme valores apresentados nas planilhas de cada item deste Termo de Referência:

5 DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES DEFINIDOS DA CONTRATAÇÃO

ITEM	UNIDADE	QUANT	DESCRIÇÃO	R\$ UNT	R\$ TOTAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

001	HORA	1500	SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL EM VEÍCULOS PESADOS: ESPECIFICAÇÃO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL DOS SEGUINTE VEÍCULOS DAS MARCAS: FORD, MERCEDES BENZ, VOLKSWAGEN, IVECO, VOLARE COMPREENDENDO: MONTAGEM, REPARO E AJUSTE DE MOTORES A COMBUSTÃO DE BAIXA E ALTA PRESSÃO, MOVIDOS A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. DESMONTAGEM, REPAROS, MONTAGEM E AJUSTE DE CUBOS DE RODAS, CARBURADORES/INJEÇÃO ELETRÔNICA, COM LIMPEZA E TROCA DE BICOS INJETORES, TESTES E DIAGNÓSTICOS EM GERAL COM SCANNER MANGAS DE EIXO DE TRANSMISSÃO, BOMBAS D'ÁGUA, DE GASOLINA E/OU ÁLCOOL, CORREIA DENTADA, CAIXAS DE MUDANÇAS, FREIOS, EMBREAGEM, ROLAMENTOS, RETENTORES, VÁLVULAS, DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, DIREÇÃO, ENGRENAGENS, AMORTECEDORES, MANCAIS, BIELAS E PISTÕES, CABEÇOTE, CAIXA DE DIREÇÃO, SEMIEIXO, VOLANTE E OUTROS.	178,02	267,030,00
002	HORA	1500	SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL EM MÁQUINAS: ESPECIFICAÇÃO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL EM MÁQUINAS DAS SEGUINTE MARCAS: MASSEY FERGUSON, , NEW ROLLAND, MICHIGAN, XCMG, FORD, RANDON, CATERPILLAR, LS, VALTRA, COMPREENDENDO: MONTAGEM, REPARO E AJUSTE DE MOTORES A COMBUSTÃO DE BAIXA E ALTA PRESSÃO. DESMONTAGEM, REPAROS, MONTAGEM E AJUSTE DE CUBOS DE RODAS, CARBURADORES/INJEÇÃO ELETRÔNICA, BICOS, COM LIMPEZA E TROCA DE BICOS INJETORES, TESTES E DIAGNÓSTICOS EM GERAL COM SCANNER MANGAS DE EIXO DE TRANSMISSÃO, BOMBAS D'ÁGUA, DE GASOLINA E/OU ÁLCOOL, CORREIA DENTADA, CAIXAS DE MUDANÇAS, FREIOS, EMBREAGEM, ROLAMENTOS, RETENTORES, VÁLVULAS, DIFERENCIAL, SUSPENSÃO, DIREÇÃO, ENGRENAGENS, AMORTECEDORES, MANCAIS, BIELAS E PISTÕES, CABEÇOTE, CAIXA DE DIREÇÃO, SEMIEIXO, VOLANTE E OUTROS.	282,17	423.255,00
003	HORA	500	SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE RODAS EM VEÍCULOS PESADOS: ESPECIFICAÇÃO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE RODAS NOS VEÍCULOS PESADOS DA FROTA DA MUNICIPAL, COMPREENDENDO OS SEGUINTE VEÍCULOS DAS MARCAS: FORD, MERCEDES BENZ, VOLKSWAGEN, IVECO, VOLARE.	217,38	108.690,00
005	HORA	1000	SERVIÇO DE ELETRICIDADE – VEÍCULOS PESADOS E MÁQUINAS: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICIDADE EM VEÍCULOS DAS MARCAS FORD, MERCEDES BENZ, VOLKSWAGEN, IVECO, VOLARE, MASSEY FERGUSON, , NEW ROLLAND, MICHIGAN, XCMG, FORD, RANDON, CATERPILLAR, LS, VALTRA, COMPREENDENDO: REPARO E REVISÃO DA PARTE ELÉTRICA LÂMPADAS, FARÓIS, FUSÍVEIS, VIDROS, PORTAS E TRAVAS ELÉTRICAS, ALARME, MOTOR DE PARTIDA, PLATINADO, BOBINA, ALTERNADOR, BATERIAS, LIMPADOR DE PARABRISA E O QUE FOR NECESSÁRIO PARA O PLENO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO.	164,58	164.580,00
006	HORA	1000	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM SOLDA – VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA EM VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.	202,32	202.320,00
007	HORA	1000	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE TORNEARIA – VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNEARIA EM VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.	152,65	152.650,00
008	HORAS	1000	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE HIDRAULICA – VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNEARIA EM VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.	384,65	384,650,00

Valor Estimado Da Contratação: R\$ 1.703.175,00 (Hum Milhão E Setecentos E Tres Mil Cento E Setenta E Cinco Reais)

5.2. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E COMPONENTES

5.2.1. Responsabilidade pelo Fornecimento

Todas as peças, componentes, materiais e insumos necessários à execução dos serviços de manutenção mecânica serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, incluindo aquisição, transporte, armazenamento e aplicação.

A CONTRATADA deverá fornecer exclusivamente peças novas, originais ou de primeiro uso, compatíveis com as especificações técnicas dos equipamentos, vedada a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

utilização de peças reconcondicionadas, remanufaturadas ou usadas, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.

As peças originais são aquelas fabricadas de acordo com as especificações e padrões de produção do fabricante do equipamento, fornecidas pelo mesmo ou por seus representantes autorizados.

As peças de primeiro uso são aquelas que atendem às especificações técnicas e padrões de qualidade equivalentes às originais, desde que comprovadamente compatíveis e que não comprometam a garantia do equipamento.

5.2.2. Orçamento Prévio Obrigatório

Previamente à execução de qualquer serviço que demande fornecimento de peças, a CONTRATADA deverá apresentar orçamento detalhado ao CONTRATANTE, contendo:

- Descrição completa da peça/componente (marca, modelo, código, especificação técnica);
- Identificação se a peça é original ou de primeiro uso;
- Quantidade necessária;
- Valor unitário e total;
- Comprovante de cotação (no mínimo 01 cotação com fornecedor identificado);
- Prazo de entrega da peça;
- Prazo estimado para execução do serviço;
- Fotografia ou imagem da peça, quando solicitado.

O orçamento deverá ser apresentado em até 24 (vinte e quatro horas) após a identificação da necessidade, preferencialmente em formulário padrão fornecido pelo CONTRATANTE.

Em casos de emergência devidamente caracterizados, o prazo poderá ser reduzido mediante acordo entre as partes, sem prejuízo da apresentação posterior da documentação completa.

5.2.3. Aprovação mediante Tabela Referencial

O CONTRATANTE analisará os orçamentos apresentados utilizando como parâmetro a Tabela Referencial de Preços (AUDATEX, TRAZVALOR) estabelecida, que poderá conter:

- Valores médios de mercado atualizados mensalmente ou trimestralmente;
- Cotações em plataformas oficiais de preços;
- Preços praticados por fornecedores cadastrados ou homologados;
- Índices referenciais do setor automotivo/equipamentos pesados;
- Pesquisas de preços realizadas pelo CONTRATANTE.

Os valores cotados pela CONTRATADA não poderão exceder os limites estabelecidos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

na Tabela Referencial, admitindo-se variação máxima de 10% (dez por cento), devidamente justificada por escrito.

A aprovação do orçamento será formalizada por escrito (física ou eletronicamente) pelo fiscal do contrato ou autoridade competente designada pelo CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro horas) após o recebimento.

Nenhum serviço poderá ser iniciado sem a prévia aprovação formal do orçamento, sob pena de não pagamento dos valores correspondentes às peças aplicadas.

O CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar cotações adicionais, especificações técnicas complementares ou recusar o orçamento apresentado quando os valores estiverem incompatíveis com a Tabela Referencial.

5.2.4. Garantia das Peças Fornecidas

Todas as peças, componentes e materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão ter garantia mínima de 90 (noventa) dias contados da data de aplicação, ou a garantia do fabricante, prevalecendo sempre o maior prazo.

A garantia abrange defeitos de fabricação, incompatibilidade técnica, mau funcionamento ou qualquer vício que comprometa o desempenho adequado do equipamento.

Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá substituir, sem ônus adicional ao CONTRATANTE:

- Peças com defeito de fabricação;
- Peças inadequadas ou incompatíveis;
- Peças que apresentem falha prematura;
- Componentes danificados em decorrência de falha da peça substituída.

A substituição de peças em garantia deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a comunicação formal do CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, certificados de garantia, notas fiscais e documentação técnica das peças aplicadas.

O prazo de garantia de peças substituídas reinicia-se integralmente a partir da nova aplicação.

5.2.5. Peças em Garantia dos Fabricantes

Quando os equipamentos ou componentes ainda estiverem cobertos por garantia



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

de fábrica ou do fornecedor original, a CONTRATADA deverá:

- Verificar a vigência da garantia antes de proceder à substituição de peças;
- Informar imediatamente ao CONTRATANTE sobre a existência de garantia ativa;
- Orientar e auxiliar o CONTRATANTE nos procedimentos para acionamento da garantia junto ao fabricante;
- Realizar a desmontagem e remontagem necessárias para substituição de peças em garantia, sem custos adicionais ao CONTRATANTE, exceto se acordado de outra forma.

A CONTRATADA não poderá substituir peças cobertas por garantia de fábrica sem prévia autorização do CONTRATANTE, sob pena de não recebimento dos valores correspondentes.

O CONTRATANTE poderá optar pela substituição imediata da peça em garantia pela CONTRATADA, mediante fornecimento da peça, quando o acionamento da garantia do fabricante implicar em paralisação prolongada do equipamento, superior a 07 (sete) dias úteis.

Nestes casos, a CONTRATADA deverá fornecer a peça temporariamente, ficando a propriedade da peça substituída em garantia reservada ao CONTRATANTE, que procederá ao acionamento da garantia posteriormente.

5.2.6. Devolução e Destinação das Peças Substituídas.

- Todas as peças, componentes e materiais substituídos deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao CONTRATANTE, exceto:
 - Itens descartáveis por sua natureza (filtros, juntas, retentores, correias, mangueiras);
 - Fluidos (óleos, graxas, líquidos);
 - Materiais de consumo geral;
 - Outros itens expressamente dispensados pelo fiscal do contrato.
- A devolução das peças substituídas tem as seguintes finalidades:
 - Conferência e validação da real necessidade da substituição;
 - Análise técnica das causas da falha;
 - Eventual acionamento de garantias;
 - Controle patrimonial e destinação adequada de resíduos;
 - Comprovação da execução do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

- As peças deverão ser devolvidas no momento da conclusão do serviço, devidamente identificadas com:
 - Etiqueta contendo o número da ordem de serviço;
 - Identificação do equipamento;
 - Data da substituição;
 - Descrição da peça removida.
- A CONTRATADA deverá acondicionar adequadamente as peças removidas para transporte seguro e armazenamento, evitando contaminação ambiental, especialmente no caso de componentes com resíduos oleosos.
- O fiscal do contrato deverá receber as peças substituídas e registrar formalmente o recebimento, podendo solicitar fotografias das peças antes e depois da remoção.
- A não devolução das peças sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE poderá resultar em:
 - Não atestação do serviço executado;
 - Glosa dos valores correspondentes;
 - Aplicação de sanções contratuais.
- A destinação final das peças substituídas será definida pelo CONTRATANTE, podendo incluir:
 - Descarte em conformidade com a legislação ambiental;
 - Alienação como sucata;
 - Utilização para estudos técnicos;
 - Arquivo para fins de comprovação.

5.2.7 Vedações e Penalidades

É vedada a aplicação de peças sem a devida aprovação orçamentária prévia.

É vedada a utilização de peças reconcondicionadas, usadas ou de segunda linha sem autorização expressa do CONTRATANTE.

É vedada a substituição de peças cobertas por garantia de fábrica sem comunicação ao CONTRATANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

O descumprimento destas exigências acarretará:

- Glosa total dos valores relacionados às peças não autorizadas;
- Substituição imediata e sem ônus das peças inadequadas;
- Aplicação de advertência ou multa conforme previsto no contrato;
- Em casos reincidentes, possibilidade de rescisão contratual.

5.2.8. Documentação e Rastreabilidade.

A CONTRATADA deverá manter arquivo organizado de toda documentação relacionada ao fornecimento de peças, incluindo:

- Orçamentos apresentados e aprovados;
- Notas fiscais de aquisição das peças;
- Certificados de garantia;
- Especificações técnicas;
- Registros fotográficos quando aplicável.

Esta documentação deverá ser apresentada ao CONTRATANTE sempre que solicitado, em até 48 (quarenta e oito) horas.

A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, mensalmente, relatório consolidado contendo:

- Relação de todas as peças fornecidas no período;
- Valores individuais e totais;
- Equipamentos atendidos;
- Peças em período de garantia;
- Eventuais ocorrências ou não conformidades.

5.3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DA PROPOSTA

5.3.1. O critério de julgamento para seleção da proposta mais vantajosa será o de **MENOR TEMPO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, nos termos do art. 34, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

5.3.2. Justificativa Técnica do Critério Adotado

A adoção do critério de menor tempo de execução se justifica pelos seguintes fundamentos técnicos e administrativos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

a) Natureza essencial dos equipamentos.

- Os equipamentos de mecânica pesada são fundamentais para a execução de serviços públicos essenciais do município, tais como limpeza urbana, pavimentação, terraplenagem, manutenção viária e outros serviços de infraestrutura;
- A paralisação prolongada desses equipamentos compromete diretamente a prestação de serviços à população;
- A celeridade no retorno dos equipamentos à operação é requisito prioritário para a continuidade dos serviços públicos.

b) Impacto operacional e econômico:

- Cada dia de paralisação de um equipamento representa custos indiretos significativos ao erário, incluindo possível necessidade de locação de equipamentos substitutos;
- O tempo de inatividade dos equipamentos gera acúmulo de demandas e compromete o cronograma de obras e serviços programados;
- A redução do tempo de manutenção maximiza a disponibilidade da frota municipal.

c) Eficiência administrativa:

- O menor tempo de execução demonstra maior capacidade técnica, estrutura adequada e disponibilidade de peças da empresa contratada;
- Empresas com melhor organização logística e estoque estratégico conseguem oferecer prazos menores;
- A agilidade na execução reflete maior eficiência operacional da contratada.

d) Interesse público:

- A população é diretamente beneficiada pela rápida disponibilização dos equipamentos para execução de serviços públicos;
- O menor tempo de paralisação reduz impactos negativos na rotina da administração municipal;
- A celeridade atende ao princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal.

e). Forma de Apresentação das Propostas de Tempo

- As licitantes deverão apresentar proposta indicando o tempo médio máximo, expresso em dias corridos ou horas, para execução dos serviços por categoria de complexidade:

- **Categoria A - Serviços de Pequeno Porte:**

- Manutenções preventivas (trocas de óleo, filtros, fluidos);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

- Substituições simples (correias, mangueiras, lâmpadas);
- Regulagens e ajustes básicos;
- Serviços elétricos de baixa complexidade.

- **Categoria B - Serviços de Médio Porte:**

- Manutenções corretivas de sistemas auxiliares;
- Substituições de componentes mecânicos intermediários;
- Reparos em sistemas hidráulicos;
- Serviços de funilaria e pintura;
- Revisões completas.

- **Categoria C - Serviços de Grande Porte:**

- Retíficas de motores;
- Reconstrução de transmissões e diferenciais;
- Substituição de componentes estruturais;
- Recuperação completa de sistemas;
- Reformas gerais.

- **Categoria D - Serviços de Emergência:**

Atendimentos urgentes para restabelecimento imediato da operação;

f) Os prazos propostos deverão considerar:

- Tempo para diagnóstico inicial;
- Tempo para apresentação e aprovação do orçamento;
- Tempo para aquisição de peças;
- Tempo efetivo de execução do serviço;
- Tempo para testes e liberação do equipamento.

g) O prazo máximo proposto pela licitante será registrado em contrato e constituirá obrigação contratual.

5.3.3. Método de Julgamento e Classificação

5.3.3.1. Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta com os menores prazos médios para execução dos serviços, considerando todas as categorias de forma ponderada.

5.3.3.2. Para cálculo do prazo médio ponderado, será utilizada a seguinte fórmula:

$$TMP = (PA \times 0,30) + (PB \times 0,35) + (PC \times 0,25) + (PD \times 0,10)$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

Onde:

- TMP = Tempo Médio Ponderado
- PA = Prazo proposto para Categoria A
- PB = Prazo proposto para Categoria B
- PC = Prazo proposto para Categoria C
- PD = Prazo proposto para Categoria D

5.3.3.3. Os percentuais de ponderação refletem a frequência estimada de cada tipo de serviço com base no histórico de manutenções do município.

5.3.3.4. Em caso de empate no tempo médio ponderado, será aplicado o critério de desempate previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.4. Prazos Máximos Referenciais

5.3.4.1. A título referencial e para balizar as propostas, estabelecem-se os seguintes prazos máximos admissíveis:

Categoria A: 05 (três) dias uteis.

Categoria B: 10 (dez) dias uteis.

Categoria C: 30 (trinta) dias uteis

Categoria D: 48 (quarenta e oito) horas

5.3.5. Propostas que apresentem prazos superiores aos máximos referenciais em qualquer categoria serão desclassificadas por não atenderem ao interesse público.

5.3.6. Os prazos propostos e contratados não poderão ser prorrogados, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e aceitas pelo CONTRATANTE, tais como:

- Atraso na aprovação de orçamentos pelo CONTRATANTE;
- Indisponibilidade comprovada de peças no mercado nacional;
- Força maior ou caso fortuito;
- Complexidade imprevista identificada após início dos trabalhos.

5.3.7. Fiscalização e Controle dos Prazos

5.3.7.1. O cumprimento dos prazos contratuais será rigorosamente fiscalizado mediante:

- Registro de entrada e saída de equipamentos;
- Controle de ordens de serviço com timestamps;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

- Relatórios mensais de desempenho;
- Indicadores de performance (tempo médio real \times tempo contratado).

5.3.7.2. O descumprimento reiterado dos prazos contratuais, sem justificativa aceita, sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas, o chamamento das empresas proximas colocadas e podendo ensejar rescisão contratual

5.3.7.3. Será calculado mensalmente o “Índice de Pontualidade (IP)”, conforme fórmula:

$$IP = (\text{Número de serviços entregues no prazo} / \text{Total de serviços executados}) \times 100$$

5.3.7.4. A CONTRATADA deverá manter Índice de Pontualidade mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento). Índices inferiores por 03 (três) meses consecutivos poderão ensejar rescisão contratual ou na prioridade de chamamento dos serviços.

5.3.8. Vantagens do Critério Adotado

5.3.8.1. A escolha pelo critério de menor tempo de execução proporciona:

- Maior disponibilidade operacional da frota municipal;
- Redução de custos indiretos com paralisação de equipamentos;
- Melhor atendimento às demandas da população;
- Incentivo à eficiência e organização das empresas participantes;
- Objetividade e transparência no julgamento;
- Mensuração clara de desempenho contratual.

5.3.9 Compatibilidade com a Legislação

5.3.9.1. O critério de menor tempo de execução está expressamente previsto no art. 34, III, da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 34. O julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará a qualidade técnica das propostas e poderá ser adotado quando o objeto a ser contratado envolver:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

(...)

III - menor tempo de execução;"

5.3.9.2. O Tribunal de Contas da União, em diversas decisões, tem reconhecido a legitimidade do critério de menor prazo quando devidamente justificado pela natureza do objeto, especialmente em contratações onde a celeridade representa vantagem significativa ao interesse público.

5.3.9.3. A adoção deste critério atende aos princípios constitucionais e legais da:

- Eficiência (art. 37, CF/88);
- Economicidade (art. 5º, Lei 14.133/2021);
- Busca pela proposta mais vantajosa (art. 11, Lei 14.133/2021);
- Julgamento objetivo (art. 33, Lei 14.133/2021).

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

7.1. Os serviços poderão ser executados no pátio da prefeitura municipal desde que autorizado pelo Secretário e havendo condições para tal, bem como poderá ser prestado na oficina credenciada com as despesas de remoção do veículo por conta da Contratante.

7.2. Constatando-se a necessidade da prestação dos serviços nos veículos/equipamentos pertencentes à Administração Municipal, a Contratante deverá encaminhá-los à empresa Contratada, acompanhados da solicitação de serviços, expedida pelo Departamento requisitante e, não sendo possível o deslocamento até a sede da contratada, esta, deverá realizar os serviços no pátio da secretaria municipal de serviços públicos localizada na .

7.3. A Contratada, no prazo máximo de um dia, após o recebimento dos veículos/equipamentos e respectiva solicitação de prestação de serviços, constatando os serviços e reparos a serem executados, apresentará à Secretaria requisitante, para análise e aprovação, orçamento prévio gratuito e detalhado dos serviços.

7.4. Após a autorização da Contratante, a Contratada deverá providenciar a execução dos serviços no prazo máximo de até dois dias úteis, após recebimento da ordem de serviços, acompanhado da nota de empenho, desde que devidamente autorizados e previamente inspecionados.

7.5. Caso não seja possível a realização dos serviços no prazo indicado, nas situações específicas em que a complexidade dos serviços necessitar de prazo maior que o previsto, a Contratada deverá, imediatamente após receber a ordem de serviço, informar as razões à unidade requisitante para se aceitar, alterar o prazo ou definir prioridade em relação a outros serviços.

7.6. Não será permitida, sob qualquer justificativa a pernoite de veículos oficiais em vias públicas aguardando reparo ou após o término dos mesmos.

8. DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

8.1. Para a contratação do credenciado, deverá ser realizado processo de inexigibilidade de licitação, previsto no inciso IV do art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, devendo o processo observar o disposto no art. 72 da referida lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

- 8.2. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.
- 8.3. A solicitação de credenciamento deverá ser preenchida através de **Anexo II** do Edital pré- estabelecido para aceite dos preços formulados pela Administração Pública Municipal, sendo fixados por um período de 12 meses.
- 8.4. O requerimento de credenciamento e os documentos necessários à habilitação deverão ser encaminhados e protocolados no sitio eletrônico da licitanet no seguinte endereço: www.licitanet.com.br.
- 8.5. O requerimento de credenciamento não poderá conter emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que possam dificultar o reconhecimento de sua caracterização, considerada indispensável à sua validade.
- 8.6. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do credenciamento do interessado, especialmente para a assinatura do contrato respectivo.
- 8.7. O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.
- 8.8. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.
- 8.9. O fornecedor, no momento de apresentação do credenciamento, deverá apresentar a disponibilidade para fornecimento das seguintes localidades:
- 8.9.1. Nos locais indicados na Ordem de Fornecimento, sede do município de Pirajuba MG.

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A fiscalização da entrega do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 3 (três) ou mais fiscais, nomeados pelo gestor, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 9.2. Os profissionais designados tem a incumbência de:
- a) Conferir qualitativa e quantitativamente os itens, recusando-os caso não estejam de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

- b) Proceder de forma criteriosa a sua conferência e recebimento;
- c) Fornecer ao prestador qualquer tipo de esclarecimento quanto à característica, quantidade ou qualidade dos itens contratados;
- d) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados
- e) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, asituação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.3. O fornecedor ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

9.4. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do fornecedor para outras pessoas e/ou entidades.

9.5. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Prefeitura do Município de Pirajuba MG.

9.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

9.7. Todas as ordens de fornecimento, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o contratado o serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

9.8. Das decisões da fiscalização poderá o contratado recorrer à Contratante, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

10. DA RESCISÃO

10.1. A inexecução do Termo de Contrato, total ou parcial, ensejará a sua rescisão e demais as consequências previstas no termo, na Lei Federal 14.133/21.

10.2. A rescisão poderá ser determinada, por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados da Lei Federal nº 14.133/21.

10.3. A rescisão do Termo de Contrato implicará o descredenciamento.

10.4. A prestadora poderá resilir administrativamente sua inscrição no credenciamento, desde que comunique expressamente esta intenção com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

10.5. A rescisão do ajuste, poderá ser solicitado a qualquer tempo, pelo credenciado, mediante notificação à Administração, com antecedência de 05 dias.

11. DO DESCRENCIAMENTO

11.1. A administração pública poderá, a qualquer momento, solicitar o descredenciamento dos interessados e contratados, quando não houver o cumprimento do disposto no edital de chamamento

público, contrato administrativo, do presente decreto ou da Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

11.2. O descredenciamento será cabível em função de fatos que ensejem o comprometimento das condições de habilitação e que sejam insanáveis, ou não tenham sido sanados no prazo assinalado pelo órgão ou entidade responsável pela gestão do credenciamento.

11.3. Constituem hipóteses de descredenciamento:

- I – Incidir em uma das hipóteses previstas nas PENALIDADES, deste Edital;
- II – Deixar o credenciado de apresentar as atualizações dos documentos solicitados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

- III – Recusar-se o credenciado, quando convocado, a assinar o Termo de Contrato;
- IV – Forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do fornecimento do material ou irregularidades que afrontem princípios constitucionais;
- V – Superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa da credenciada, ou que reduza a capacidade de prestação de fornecimento a ponto de não atender às exigências estabelecidas;
- VI- Desatendimento as determinações regulares da Prefeitura Municipal de PIRAJUBA/MG, destinadas a regulamentação e desenvolvimento do fornecimento dos materiais credenciados.
- VII - Os casos de descredenciamentos serão formalmente motivados, assegurando-se o direito ao contraditório, e ampla defesa.

11.4. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante envio de solicitação formal e escrita ao departamento promotor do procedimento.

11.5. O departamento promotor do procedimento deverá responder à solicitação num prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período.

11.6. Caso não haja resposta nesse período, considerar-se como acatado o pedido do credenciado.

11.7. O pedido de descredenciamento não desobriga o credenciado, caso haja contrato vigente, ao cumprimento das obrigações previstas no instrumento, bem como todas as responsabilidades que lhe são atribuídas, podendo, em caso de descumprimento contratual, ser aplicada as sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.

12. DA VIGÊNCIA

12.1. O presente credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do edital, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Administração.

12.1.1. Ao final de cada período de 1 (um) ano e durante a vigência do credenciamento, será republicado o aviso do edital para credenciamento de novos interessados, sem prejuízo dos credenciamentos já homologados.

12.2. A interessada que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será credenciada e assim permanecerá enquanto houver interesse, respeitado o término do prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

de vigência.

12.3. O credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.4. A CREDENCIADA poderá solicitar, a qualquer momento, seu descredenciamento, desde que não pendentes Ordens de Fornecimento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA obriga-se a:

13.1.1. Efetuar a prestação de serviço em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

13.1.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração Municipal, inerentes ao objeto da licitação.

13.1.3. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

13.1.4. Além das demais cominações previstas neste Termo de Referência obriga-se o fornecedor a:

a) nos termos da legislação de regência providenciar EPI's e EPC's, bem como as demais providências emanadas de PPRA e PCMSO, quando cabível;

b) manter, durante toda o fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a cada fatura emitida sua regularidade junto ao INSS e FGTS, pelo menos, conforme for exigido pelo fiscal do contrato;

c) definir um preposto para relacionar com o fiscal e gestor do contrato definidos pelo Município;

d) responder civilmente e penalmente por eventuais danos causados ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

Município ou terceiros, por imperfeições de qualquer natureza decorrentes exclusivamente do fornecimento.

c) A CONTRATADA deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

d) A exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para este Município, pois, se a distância exceder o Perímetro Urbano do Município, a vantagem do “menor preço” ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento dos Veículos, Máquinas, Caminhões e Ônibus a serem consertados. A delimitação de distância se justifica pelo custo de transporte dos equipamentos, veículo e máquinas até a oficina, que é Obrigação da CONTRATANTE, pelo consumo de combustível nos deslocamentos, pela utilização de pessoal, pelo prazo de entrega, e ainda pelos riscos de deslocamentos e transportes, que podem aumentar o custo da manutenção.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A **CONTRATANTE** obriga-se a:

14.1.1. Emitir a Ordem de Fornecimento;

14.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do fornecimento dos bens, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CREDENCIADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretiva;

14.1.3. acompanhar e fiscalizar o contrato por 3 (três) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes à sua atribuição;

14.1.4. Designar um gestor operacional para acompanhamento deste credenciamento, fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

- 14.1.5. proporcionar todas as condições necessárias ao cumprimento do contrato por parte do credenciado contratado;
- 14.1.6. prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado e sejam pertinentes à execução do contrato;
- 14.1.7. fornecer os meios necessários à execução do objeto do contrato por parte do credenciado contratado;
- 14.1.8. garantir o acesso e a permanência dos empregados do credenciado contratado nas dependências dos órgãos ou entidades contratantes, quando necessário para a execução do objeto do contrato;
- 14.1.9. efetuar os pagamentos pelos fornecimentos dos materiais, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.

15. DA SUSPENSÃO/INATIVAÇÃO

15.1. A credenciada poderá suspender temporariamente seu credenciamento mediante o encaminhamento do requerimento constante do **Anexo XI**, assinado pelo responsável legal ou procurador e no formato PDF para o e-mail licitacaomoa@pirajuba.mg.gov.br ou protocolado no setor de licitações, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, as sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.2. ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

Administração ou a terceiros.

16.3. MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do credenciamento e compreenderá:

a) Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

b) Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de serviço, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

c) Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução do serviço, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

d) A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

e) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

f) Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

g) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

16.4. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Poder Judiciário poderá aplicar à CREDENCIADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de descredenciamento da empresa.

16.5. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CREDENCIADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

16.6. Na hipótese de a CREDENCIADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o PJSC inscreverá o valor em dívida ativa.

16.7. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n.14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;

16.8. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- b) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

16.9. É admitida a reabilitação da credenciada perante a administração, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

16.10. Além das penalidades citadas, a(s) CREDENCIADA ficará(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

16.11. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração, a(s) CREDENCIADA(S), conforme o caso, ficará(ão) isentas das penalidades mencionadas.

16.12. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

16.13. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Pirajuba MG, até 30 (trinta) dias contado do recebimento definitivo do bem ora adquirido, mediante a apresentação da Nota Fiscal;

17.2 - A Administração se reserva o direito de não receber o objeto que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste Pregão, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

17.3 - A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento;

17.4 - Havendo erro na emissão da Nota Fiscal, a mesma será devolvida ao licitante vencedor;

17.5 - Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao licitante vencedor, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ-18.428.847/0001-37

17.6

- Para efeito do recebimento, o licitante deverá entregar no setor de almoxarifado a nota fiscal devidamente liquidada, sem o que o pagamento não será processado;

18. DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES E DA REVISÃO

18.1. Os preços fixados no edital de credenciamento poderão ser:

- a) podendo ser atualizados 1 (um) ano após a publicação do edital de credenciamento e a cada período de 1 (um) após a última atualização;
- b) revisados, a qualquer tempo, em razão de variações imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, para reduzi-los, a pedido do órgão demandante, ou aumentá-los, por solicitação de interessados ou credenciados.

18.2. Constatada a redução dos preços praticados pelo mercado, a administração poderá reduzir os preços previstos em edital e caberá às CREDENCIADAS, após comunicadas, a decisão de se manterem ou não credenciadas.

18.3. Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes e àqueles credenciamentos realizados após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação às CREDENCIADAS, em caso de redução.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do objeto licitado estão previstas e indicadas no processo, pelas áreas competentes da Prefeitura Municipal de Pirajuba MG, Estado de Minas Gerais, sendo elas: 238, 239, 434, 436, 486, 490, 492, 918, 919.

Pirajuba MG, 31 de março de 2026

ANTONIO JOSE BRITO SILVA
SEC. DE ADM E FAZENDA